A fome e o voto

(Não Assinado)

Estudo da prestigiada Fundação Getúlio Vargas divulgado no fim da semana mostra expressiva queda no nível de pobreza no país entre 2003 e 2005 – exatamente os três primeiros anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No início do período, 28,2% da população viviam sob a linha da miséria, mas no fim de 2005 o índice baixou para 22,7%, resultado que só se iguala ao constatado quando do lançamento do Plano Real em meados da década passada. Bom? Claro, mas não se deve esquecer que, apesar de tudo, 42 milhões de brasileiros ainda sobrevivem sob condições de extrema carência.

Os fatores que determinaram a melhoria da renda das camadas mais carentes da população foram também identificados pelo estudo “Miséria, Desigualdade e Estabilidade: O Segundo Real”, feito com base na Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (Pnad), do IBGE. O crescimento na oferta de empregos, os programas de distribuição de renda (como o Bolsa-Família), e a expansão dos gastos previdenciários foram os principais responsáveis pela melhoria agora constatada.

É possível fazer uma interpolação desses dados de natureza econômico-social com os político-eleitorais. Podem explicar a persistente boa avaliação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em todas as pesquisas realizadas pelos institutos especializados. Afinal, só graças ao Bolsa-Família, são 11 milhões as famílias que puderam exorcizar o fantasma da fome quase absoluta de que sofriam. E é impossível não imaginar que a percepção positiva que os mais pobres têm em relação ao governo não se transfira para a candidatura de Lula à reeleição – conforme demonstram também as sucessivas pesquisas sobre tendências eleitorais.

De fato, os persistentes e sempre renovados escândalos que degradaram ética e moralmente o governo Lula nos últimos 15 meses não foram suficientes, até agora, para abalar substancialmente seu desempenho nessas pesquisas – algo que os analistas do fenômeno, os cientistas sociais, reputam à dependência da enorme massa de necessitados dos programas de renda mínima e a ligação que fazem entre a recondução de Lula e a continuidade desses programas.

Além disso, é igualmente sabido que a decisão de voto se dá de maneira e tempos diferentes segundo as várias classes de eleitores. Escândalos, como os do mensalão, sanguessugas, vampiros e tantos outros que foram revelados no período, envolvendo auxiliares diretos do presidente, a estrutura administrativa do seu governo, o partido que o sustenta e que mancharam com a mesma intensidade o Congresso e outras instituições – influenciam de maneira imediata os formadores de opinião e os eleitores mais escolarizados. Seus efeitos, porém, diminuem (ou tornam-se nulos) entre os menos esclarecidos e os que habitam os estratos mais carentes da população – exatamente a parcela majoritária do colégio eleitoral.

A conjunção, portanto, de benesses proporcionadas pelos programas sociais com a baixa informação e senso crítico dessa massa é que explica, em grande parte a aparente indiferença da maioria da população em relação à degenerescência moral em que se afundou a política brasileira e seus principais protagonistas.

Estamos diante, agora, de um novo escândalo – a montagem do chamado dossiê Vendoin – com que alguns conhecidos frequentadores das cercanias do poder em Brasília pretenderam influir nos resultados da eleição em São Paulo. Tudo deu errado. Para os formadores e mais esclarecidos que ainda pensavam em sufragar a reeleição de Lula, representou o golpe final para decidirem-se a mudar de posição.

Até que ponto esses novos fatos vão influir na decisão das parcelas menos influenciáveis por eles só as novas pesquisas – e a eleição de 1.º de outubro – dirão. Será, sem dúvida, o resultado do embate que caracterizará este pleito, entre os milhões que tiveram a ventura de suplantar a fome de que sofriam e os que agarram-se na esperança de que é possível restaurar a ética na política.

/td>